

UM INVENTÁRIO DAS DIFERENÇAS: CÁRDENAS, VARGAS E PERÓN

RAFAEL PAVANI DA SILVA¹

Resumo

Este artigo é uma proposta de reflexão a respeito das diferenças entre os governos e das mitologias políticas criadas por Lázaro Cárdenas, Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón a partir da história mexicana. Na historiografia do populismo, a comparação entre os três líderes latino-americanos da primeira metade do século XX tornou-se mais do que uma reflexão a respeito de três situações marcantes para seus países e para o continente: em geral, supõe-se, desde os anos 1960, tratar-se de um *mesmo* processo em países diferentes. Sob a égide do conceito de populismo, sociólogos e historiadores explicaram as peculiaridades da política de massas na América Latina. Este *deus ex machina*, capaz de esclarecer governos do passado e do presente em qualquer ponto entre o México e a Argentina, forneceu aos intelectuais de diferentes ideologias um modelo explicativo que desconheceu as especificidades históricas regionais, apontou para incapacidades políticas crônicas latino-americanas e, mais recentemente, questionou a legitimidade de qualquer governo que não fosse estritamente neoliberal e tecnocrático. Partindo deste incômodo, busco debater as origens deste conceito em sua associação aos três casos clássicos, considerando suas divergências comumente suprimidas.

Palavras chave: populismo, Cárdenas, Vargas, Perón, historiografia.

Introdução

Este pequeno artigo é, em alguma medida, uma provocação. Evidentemente, não se busca aqui uma exaustiva descrição e diferenciação dos governos de Lázaro

¹ Doutorando em história pela Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto, bolsista CNPq.

Cárdenas, Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón. Um artigo a respeito das principais características de apenas um destes três governos, seus legados e debate historiográfico já seria desmedidamente pretensioso. Uma tentativa de reunir os três em uma dezena de páginas pode parecer, deste modo, algo absurdo, se não escrito com a pena da galhofa. Assumindo tanto o risco do absurdo quanto do ridículo, tentarei apresentar elementos para uma breve reflexão a respeito destes episódios, sua mitologia e historiografia a partir do caso mexicano.

Não se trata de uma tentativa de produzir algo como uma história comparada, *stricto sensu*. Meu objetivo aqui é suscitar algumas idéias a respeito da recorrente homogeneização de três processos comumente associados, assim como questionar a viabilidade do conceito que os unifica: o usual e problemático “populismo”.

De acordo com Michel De Certeau, a história é a área de testes dos modelos criados pelas demais ciências humanas.² Para ele, assim como um carro comum é levado a condições limítrofes em uma pista de corrida, os historiadores colocam modelos interpretativos à prova a partir de situações limite em seus temas de estudo. Nesse caso, minha área de testes original ou meu circuito inicial, para manter a metáfora, é o estudo da Revolução Mexicana e do período de Lázaro Cárdenas, em especial.

Meus primeiros conhecimentos sobre o tema decorreram do contato com as clássicas interpretações do populismo. E o estranhamento entre o que lia da historiografia especializada e das fontes e as minhas expectativas iniciais aumentavam na medida em que me aprofundava na pesquisa. Aos poucos, o caso mexicano se tornou único e pensá-lo a partir de outras bases que não os próprios debates vindouros da Revolução Mexicana pareceu-me a-histórico e inócuo. Essa postura, ou antes, essa conclusão tem como consequência, por outro lado, o risco de levar a pensar que este conhecimento histórico esgota-se em si mesmo e que diálogos entre diferentes acontecimentos são impossíveis. Em outros termos, o risco de transformar a linguagem empírica da história em um empirismo vazio de reflexões.

Considerando tal risco, não busco simplesmente abandonar conceitos que permitam o diálogo entre os temas, “as constantes” tão caras a Paul Veyne, de quem empresto o título. Apesar de qualquer pretensão de empirismo, historiadores lidam

² DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002. p.88.

sempre com constantes – o estado, a sociedade, a loucura – que produzem a própria inteligibilidade do discurso histórico. Truísmo afirmar que, assim, a problematização, a ressignificação e, sendo o caso, o abandono de um conceito transformam o próprio objeto estudado.

Tendo em vista a preocupação com a inteligibilidade do discurso histórico, algumas questões devem ser colocadas -“A História existe apenas em relação às questões que nós lhe formulamos”, Veyne afirmou outrora.³: como realizar um diálogo entre diferentes episódios sem sacrificar a historicidade de cada processo? Algum modelo resistiria à prova das situações limites nos três casos destacados neste texto? O “populismo” seria o conceito constituinte dos fatos comuns aos processos citados e, assim, ao questionar este conceito questionamos a própria possibilidade de diálogo entre os eventos narrados? Não sendo este o caso, os elementos comuns entre estes processos não seriam comuns também a vários outros regimes em diversos lugares do planeta no mesmo período?

Como o título já adianta, de certo modo, penso que algum tipo de comparação é possível. No entanto, uma comparação muito mais cautelosa e tênue do que se produziu pela narrativa do populismo. Tal como Veyne ressaltou, uma comparação entre eventos não resulta necessariamente de uma natureza compartilhada entre eles:

o verbo ‘comparar’ permite, sintaticamente, duas construções de sentidos opostos: um poeta compara a paixão amorosa à chama, para dizer que são muito comparáveis; um historiador compara o imperialismo romano e o de Atenas para constatar que não se parecem, tal como uma vendedora de lã, confrontando dois novelos que supõe não serem da mesma cor. (VEYNE, 1983, p.17)⁴

Proponho como reflexão, portanto, um pequeno inventário das diferenças como teste para o modelo populista. Embora importante durante muitas décadas para a constituição de determinados debates políticos latino-americanos, um conceito utilizado em situações que vão dos *narodniks* a Carlos Menem, dos agricultores dos Estados Unidos no século XIX a Hugo Chávez merece ser repensado no que se refere as suas possibilidades de inteligibilidade histórica.

³ VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças*. São Paulo, Brasiliense, 1983. p.06.

⁴ *Idem*. p.17.

Mais uma vez, o populismo

Em sua introdução à coletânea *Populismo y neopopulismo en América Latina – el problema de la Cenicienta*, María Moira Mackinnon e Mario Alberto Petrone discorrem sobre as origens deste conceito quase onipresente. Na metáfora utilizada, trata-se do sapato perdido por Cinderela, para o qual o príncipe, aqui o historiador, buscará errante o pé ideal, denominado “populismo puro”.⁵

O conceito que se origina na Rússia e nos Estados Unidos do século XIX já com diferentes significados – no primeiro caso como referência aos socialistas russos do século XIX, considerados utópicos pelo marxismo e no segundo aos movimentos rurais radicais do Meio-Oeste estadunidense – não pertence mais somente às ciências sociais. Na linguagem jornalística atual, qualquer governo que não corresponda às políticas neoliberais tecnocráticas poderá ser considerado populista.⁶

Antes da atual dispersão de significados, a idéia de um populismo latino-americano ganhou expressão com o sociólogo Gino Germani, que considerou o populismo como uma fase de transição entre as sociedades tradicionais e modernas. Como resumiu Maria Helena Capelato, em sua obra *Multidões em Cena*:

No que se refere ao político, a teoria explica o populismo como uma etapa do desenvolvimento de sociedades latino-americanas que não conseguiram consolidar uma organização e uma ideologia autônomas. A ideologia classista deveria substituir a ideologia populista quando o desenvolvimento capitalista tivesse se completado na região. A política populista (mescla de valores tradicionais e modernos) correspondia ao momento de transição da sociedade tradicional para a moderna. Nesse sentido, o populismo foi visto como etapa necessária para uma sociedade desenvolvida e democrática.⁷ (CAPELATO, 1998, p.22)

Para Gino Germani, no que diz respeito à Argentina, a massa que se incorpora à sua indústria na primeira metade do século não possuía experiência de luta de classes, sendo facilmente manipulável pelo governo paternalista de Perón. Essa tese possuiu profundo impacto entre historiadores e sociólogos de todo o continente. No caso mexicano, Arnaldo Córdova foi o intelectual que buscou mais claramente reinterpretar a

⁵ MACKINNON, Maria Moira e PETRONE, Mario Alberto. *Populismo y neopopulismo en América Latina – el problema de la Cenicienta*, Buenos Aires, eudeba, 1999. p.11

⁶ Idem p.12

⁷ CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena*. Campinas, Papirus, 1998. p.22;

história mexicana recente a partir de uma tese do populismo mais próxima às definições de Germani nos anos 1970 e 1980.

Uma década depois, já no início dos anos 1990, Carlos de la Torre, em *The ambiguous meanings of Latin-American populisms* mapeou a existência de pelo menos sete conceitos diferentes de populismo geralmente utilizados.⁸ Para o autor, a despeito das variações do conceito – seja considerando-o uma etapa política necessária para os países atrasados ou um estilo político característico latino-americano – o maior desafio no estudo do populismo reside em explicar o apelo dos líderes para seus seguidores sem reduzir seu comportamento à simples manipulação, irracionalidade e anomia, ou a um racionalismo utilitarista que supostamente explicaria tudo.⁹ Ao asseverar a dispersão de sentidos para o *populismo*, De La Torre, assim como Alan Knight, opta por não descartá-lo e tenta visualizar uma ressignificação para o conceito, sem o tom pejorativo que lhe é comumente associado.

Para Knight, o populismo poderia ainda ser útil enquanto conceito se repensado e utilizado como descrição de um estilo político a partir da própria origem do termo “popular”.¹⁰ De acordo com o autor, definir o populismo em termos de estilo, apesar de não contar com a explicação supostamente mais precisa de um modelo teórico, tem como vantagem a possibilidade de flexibilizar suas aplicações sem perder seu significado e sua capacidade de descrever a realidade.¹¹ Ou seja, com base nesta definição, o populismo deixaria de ser uma fenômeno sobretudo latino-americano. A partir desta atualização, Knight propõe sua lista com representantes das lideranças populistas e seus pares não-populistas:

⁸ DE LA TORRE, Carlos. “The ambiguous meanings of Latin-American populisms”, *Social Research*, Vol. 59, Nº2, 1992. pp.385-414.

⁹ *Idem.* p.385

¹⁰ KNIGHT, Alan. “Populism and Neo-Populism in Latin-America, Especially Mexico”. *Journal of Latin-American Studies*, Vol. 30, Nº2, Maio de 1998. pp.223-248.

¹¹ *Idem.* Alan knight afirmou “Defining populism in terms of style has the virtue of flexibility and – perhaps more important – historical fidelity. That is, it seems to correspond to the historical record in a way that other – often more precise theories/models – fail to do. And it is surely preferable to have a rule-of-thumb which works than a high-falutin theory which defies reality”. Posteriormente, Knight asseverou: “A second problem concerns the class nature of populist coalitions and regimes. The common argument is that these are ‘multiclass’; they do not conform to the (European?) model of single-class parties; hence they are (in characteristic Latin American fashion?) fickle, shifting, ad hoc, dependent on the arbitrary will of the caudillo. This argument (or prejudice) is a familiar variant of a broader tendency, whereby Latin American phenomena – parties, regimes, unions, revolutions – suffer by comparison with mythical European standard”. *Idem*, p.238

Juan Alvarez / Lucas Alamán; Álvaro Obregón / Pascual Ortiz Rubio; **Lázaro Cárdenas / Abelardo Rodríguez**; Luis Echeverría / Gustavo Díaz Ordaz; Carlos Salinas / Miguel de la Madrid; José Artigas / Bernardino Rivadavia; **Juan Perón / Raúl Alfonsín**; **Carlos Saúl Menem / Domingo Cavallo**; **Getulio Vargas / Eurico Dutra**; Arturo Alessandri (1920-4)/ Arturo Alessandri (1932-8); **Fidel Castro / Fulgencio Batista (1952-8)**; **Adolf Hitler / Franz Von Papen**; **Mahatma Gandhi / Muhammad Ali Jinnah**; **Margareth Thatcher / Edwar Heath**; Aneurin Bevan / Sidney Webb; Huey Long/ Henry Cabot Lodge; FDR/Calvin Coolidge” (Grifos meus). (KNIGHT, 1998, p.238)

Na proposta de Knight, o populismo seria um estilo de política de forte apelo popular, porém sem as características necessariamente negativas dos seus usos comuns: associar o populismo à mobilização, não significa que esta mobilização seja mais irracional, emotiva ou mereça mais explicações psicológicas que mobilizações “não populistas”. Neste caso, portanto, o populismo deixaria de ser uma problemática tipicamente latino-americana, com destaque para as aproximações entre os diferentes governos dos anos 1930. Governos fortes, de apelo popular, com ênfase no nacionalismo e nos trabalhadores não foi algo raro nesta década. É preciso considerar que Knight não vê problemas em reatualizar o conceito desta maneira, por considerar que o preconceito ou o caráter pejorativo que lhe tem sido atribuído seria superado com relativa facilidade.

Na contramão das interpretações de De La Torre e Knight, Ian Roxborough ao abordar a história do conceito, ainda na primeira metade dos anos 1980, perguntava: “Quantas exceções podem ser toleradas antes que um paradigma explanatório possa ser descartado?”¹². Em outros termos, o que um conceito ainda diz após significar tantas coisas ao mesmo tempo? E aqui desdubro a questão: a historiografia do populismo afirmou a existência de um ente, o “populismo puro” cujos conceitos dos historiadores e sociólogos ainda não foram capazes de descrever e que existe como dado independente das nossas interpretações? Por que, como questionou Alan Knight, após tantas reinterpretações o conceito segue onipresente na América Latina? No que se refere à interpretação de Knight, considerando o debate político na América Latina contemporânea, parece provável que o conceito ressignificado pela academia perca seu tom pejorativo? Enfim, há algo comum nas diferentes definições do populismo?

¹² ROXBOROUGH, Ian. “Unity and diversity in Latin-American history”, *Journal of Latin American Studies*. Vol. 16, Nº1, Maio de 1984, pp.1-26. p.1; Afirmava de início que a quantidade de novos estudos “empíricos” dificulta a permanência de modelos explicativos simples.

No que se refere ao discurso político, segundo Roxborough as definições clássicas de populismo abordam a existência de um líder carismático, que se baseia na organização das massas sem autonomia ou consciência de classe.¹³ Neste sentido, me interessa aqui enfatizar tal ponto: em que pese a amplitude de significados do conceito e com exceção da proposição de Knight -, essa suposta relação passional entre líder e massas no populismo não será sempre, em alguma medida, marcada por uma idealização da política na Europa em contraposição às paixões políticas latino-americanas? Não estaremos buscando o que há de comum entre os processos latino-americanos às custas de obliterar as especificidades locais e as semelhanças do outro lado do Atlântico?

Como prometido, este artigo é também uma provocação, desta maneira cito aqui um diálogo de teor menos acadêmico, mas também responsável pela origem deste texto e capaz de provocar alguma reflexão sobre as dificuldades de se dividir a participação política entre consciente e racional x anômica e passional. Trata-se de um diálogo de Woody Allen em seu conto “bloqueio criativo - Riverside Drive”:

Jim:
– Não estou dizendo que não teria sorte se a Bárbara... se ela...
Fred:
- Pode dizer!
Jim:
- Morresse. Mas ela é um ser humano!
Fred:
- Você diz isso como se fosse uma coisa boa!
Jim:
- E não é?
Fred:
- Não sei. Você já foi a uma reunião de condomínio?¹⁴ (ALLEN, 2007, p.59)

Após lê-lo não pude evitar o questionamento: Como teorizar sobre a incapacidade de racionalidade política dos setores populares de qualquer década em qualquer lugar após acompanhar eleições e disputas por cargos dentro das mais variadas instituições letradas, incluindo os mais altos tribunais e o mundo acadêmico? Com todas as paixões, perseguições e censuras que se sucedem a cada votação, eleição de diretoria ou reitoria? Esse populismo etéreo, utilizado pela linguagem jornalística, mas também na academia, não poderia então se enquadrar em qualquer uma destas situações? Em

¹³ *Idem.* pp.10-11

¹⁴ ALLEN, Woody, “Bloqueio criativo - Riverside Drive”, *Adultérios*, Porto Alegre: L&PMPocket, 2007. p.59

qualquer situação em que não caiba o jargão técnico? Finalmente, cabe perguntar: o conceito de populismo não obscurece mais a análise dos conflitos políticos do que esclarece?

Ao considerar as frequentes aproximações dos casos “clássicos” do populismo e tendo em vista esse longo preâmbulo em forma de questionamento, tentarei realizar meu pequeno inventário das diferenças a partir do caso mexicano.

Um breve inventário

Um colega de área – com muito mais conhecimento dos três casos, diga-se – perguntou-me recentemente a respeito da possibilidade de suposta maior habilidade de Cárdenas numa espécie de “conciliação de classes”, considerando o desfecho de seu governo em comparação a Vargas, que abandonou o Catete como prometido, e Perón, que foi deposto em meio a atentados e bombardeios. Para além de pensar as diferenças entre estes governos e líderes, a questão me levou a refletir também a respeito dos distintos legados políticos que se constituíram a partir dos três governos e seus respectivos discursos. Foi pensando em uma resposta a essa pergunta que busquei sintetizar esse breve inventário.¹⁵

Uma nota inicial a se considerar aqui é a questão do tempo exercido no poder. Evidentemente, para um historiador, este é um ponto elementar. Apesar de sua importância, porém, é rara a ênfase em que, ao contrário de Vargas e Perón, Cárdenas esteve no poder durante apenas um mandato, ainda que de seis anos, sem possibilidade de reeleição. Nesse sentido, as forças opositoras e grupos considerados conservadores pelo cardenismo, representados dentro e fora do Partido Nacional Revolucionario (PNR) – e, a partir de 1940, Partido de la Revolución Mexicana (PRM) – tinham certa clareza quanto às limitações temporais do poder de Cárdenas na presidência. O mesmo

¹⁵ Não se trata de salvar o cardenismo de sua qualificação como populista. Ao questionar a viabilidade da comparação dos regimes citados a partir do caso mexicano não busco aproximar ou identificar varguismo e peronismo. Como afirmei inicialmente, não tentei produzir uma história comparada, mas antes uma pequena reflexão, baseada no cardenismo – meu objeto de estudo – sobre a comparação e viabilidade do conceito que costuma unificar varguismo, peronismo e cardenismo, o populismo.

não aconteceu nos casos brasileiro e argentino. Perón esteve na presidência em três ocasiões distintas e Vargas, entre eleição, luta armada, golpes e nova eleição, governou durante duas décadas. Os conflitos e as alianças oriundas da possibilidade de retorno ao poder não são, portanto, características marcantes do caso mexicano.

No que se refere à política externa, um elemento do conflito político dentro de uma situação mundial que distancia Cárdenas na comparação com Vargas e Perón está presente na associação da figura de Cárdenas ao comunismo. Apesar de afirmar que a Revolução Mexicana tinha uma ideologia própria, o apoio aos socialistas na Guerra Civil Espanhola e em seu exílio, a ênfase na chamada “educação socialista”, o conflito com a Igreja e as expropriações e reformas cardenistas lhe valeram uma forte ligação com o socialismo soviético. A associação entre o cardenismo e o fascismo e nazismo dá-se – na opinião pública e entre os opositores do Regime – apenas durante o Pacto *Molotov-Ribbentrop*, com a acusação de que Cárdenas constituiu um governo “comunazi”.¹⁶ Por outro lado, e por diversos motivos, Vargas e, sobretudo, Perón flertaram mais claramente com a Itália fascista. Espectros ideológicos de “esquerda ou direita” tampouco consideram as especificidades locais, é verdade, mas dizem algo sobre como estes governos foram respaldados interna e internacionalmente em suas épocas.

Com relação aos conflitos políticos internos, noções como “conciliação das classes” também foram utilizadas para a associação dos três governantes. Tal comparação teria sido realizada tanto pelas semelhanças entre o discurso político criado por estas lideranças quanto pela comum cooptação das lutas e dos direitos dos trabalhadores. No que concerne à cronologia do governo Cárdenas, é possível delimitar um período com conflitos menos acentuados - uma suposta "conciliação de classes" mais eficaz para parte da historiografia – entre a vitória sobre Calles (1936) e o conflito com as empresas petrolíferas (1938).¹⁷

No entanto, antes de abordar a adesão dos setores populares ao presidente Cárdenas é preciso considerar inicialmente que a própria eleição do general michoacano em 1934 foi marcada pela mobilização de grupos mais à esquerda do PNR e de uma

¹⁶ Esta expressão foi utilizada recorrentemente pelo partido opositorista PRUN nos jornais “Excelsior” e “El Universal” ao longo da campanha de 1939 e 1940.

¹⁷ PAVANI DA SILVA, Rafael. Dissertação de Mestrado: A Revolução Mexicana e as tentativas de legitimação do poder nos discursos presidenciais de Lázaro Cárdenas. Campinas, UNICAMP, 2009.

enfática mobilização popular. Assim, a relativa *pax* que se deu durante quase metade de seu mandato não me parece ter sido realizada às custas de maiores concessões a diferentes grupos, mas antes pela efervescência do apoio popular às reformas propostas por Cárdenas. Não por acaso, é neste período que se aceleram a reforma agrária e a entrega de indústrias aos operários grevistas com as cooperativas de trabalhadores. Apesar do descontentamento com as reformas cardenistas, os setores industriais e aristocráticos, assim como os grupos callistas e opositores do Regime de longa data só conseguem uma articulação mais forte após 1938 – o Partido Acción Nacional (PAN), que atualmente governa o país, foi criado no ano seguinte baseando-se na crítica ao cardenismo.

A existência de uma "cooperação entre as classes" raramente foi algo harmônico no discurso de Cárdenas: nas palavras dele, a função do estado seria a de defender o lado mais desfavorecido da luta de classes, os trabalhadores.¹⁸ Mesmo considerando as várias intenções possíveis e o paternalismo desse discurso, é possível ressaltar que diferentemente do peronismo, sobretudo, o cardenismo considerava a sociedade de classes intrinsecamente conflituosa e desigual, o que constituiu um discurso incômodo para o setor industrial. Assim, se houve uma "*pax cardenista*" entre 1935-6 e 1938, foi tão tênue e conflituosa quanto a romana. A partir de 1938, quando as reformas passaram a enfrentar maiores dificuldades, muitos *ejidos* e cooperativas enfrentam problemas de produção e crédito e, sobretudo, quando o cenário externo se transformou com a questão do petróleo, os conflitos se acentuaram e, mesmo sem seguir com as reformas, a principal concessão do cardenismo foi a estagnação de sua proposta política. O suposto poder do estado autoritário cardenista pode ser repensado aqui: tal como propôs Alan Knight, o cardenismo parece ter sido muito menos poderoso do que se convencionou na historiografia do revisionismo da Revolução Mexicana.¹⁹

No que diz respeito ao poder da figura presidencial, um dos elementos comumente associados ao populismo latino-americano é a existência de um líder carismático que engendra uma política personalista. Lideranças carismáticas não são raras, é verdade, mas pretendo não me ater ao possível pleonasma para pensar o

¹⁸ *Idem. Ibidem.*

¹⁹ KNIGHT, Alan. "Cardenismo: Juggernaut or Jalopy?" *Journal of Latin American Studies*, Vol. 26, N°1, Fevereiro 1994, pp.73-107.

personalismo político como um elemento para a comparação proposta. A política personalista difere consideravelmente entre Cárdenas e os outros dois líderes com quem ele é associado normalmente. Se, por um lado, é evidente que a propaganda oficial utilizou um discurso que personificou a Revolução feita governo na figura de Cárdenas, por outro, o discurso da Revolução que legitima Cárdenas é também o discurso anti-reeleição (“sufrágio universal e não reeleição” é uma das bandeiras do movimento), do fortalecimento da figura presidencial e do Partido Oficial - PNR e depois PRM em 1940.

Em outros termos, essas instituições, ao mesmo tempo que respaldam, possuem uma aura própria que rivalizam com a figura pessoal do general. Os fracassos ou os conflitos externos ao PNR enfrentados por Cárdenas após o conflito com Calles, assim como a consequente queda de sua popularidade, me parecem elementos constituintes de uma crise do “Regime da Revolução” mais ampla do que as que se deram com Vargas ou Perón no sentido de que o regime não estava tão identificado ao líder e não seria a destruição do *caudillo* que resolveria a tensão política.

Essa diferença entre Cárdenas e os dois presidentes sul-americanos evidencia-se quando consideramos o fim de seu mandato. O desfecho de sua presidência não foi trágico ou dramático. O cardenismo, como interpretação específica do passado revolucionário mexicano, foi descartado sem grandes conflitos. Cárdenas não pode escolher seu sucessor natural (o também michoacano General Francisco Mugica), recorrendo à decisão da ala conservadora do Partido com Avila Camacho. Deixou a presidência desgastado publicamente e passou a década de 1940 ausente da vida política: parte da historiografia considera provável que o Partido oficial não tenha tido maioria nas eleições que se seguiram ao mandato de Cárdenas, disputadas contra o opositorista Gral. Andrew Almazán.

Considerando que a única vitória possível na disputa política/eleitoral daquele período no México era a vitória do Partido Oficial, o único lugar onde Cárdenas poderia ser de fato derrotado seria na luta interna ao PRM. E assim o foi. Apesar da vitória sobre Calles e callistas num primeiro momento, com a pressão das oposições internas e externas ao partido, o então presidente foi vencido nessa arena exclusiva. Cárdenas não foi deposto por militares nem se suicidou, mas assistiu à morte do *cardenismo* enquanto releitura peculiar da Revolução Mexicana em oposição ao callismo e com uma proposta

política própria. Talvez essa seja uma derrota ainda maior que as sofridas por Perón ou Vargas que, a despeito dos trágicos desfechos, se tornaram mais do que líderes nacionalistas mitológicos e constituíram uma memória a ser recuperada como proposta política - e, às vezes, no caso Argentino em especial, a principal fonte de legitimidade para a constituição do cenário político posterior. Cárdenas sobreviveu ao seu mandato, mas o cardenismo foi enterrado ainda quente para ser exumado décadas depois.